

APENAS  
EM  
FORMATO  
DIGITAL

# Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1682 | 13 A 18 DE SETEMBRO DE 2021

[www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br)  bancariosce  bancariosdoceara  seebce  85 99129 5101  bancariosce

## REAJUSTE DE 10,97%

### Categoria bancária é uma das poucas a conquistar aumento real em 2021

**#AUMENTOREAL**



Bancários terão reajuste de 10,97%, com ganho real de 0,5%

www.contrafut.com.br  
#FECHACOMAGENTE

Aumento real de 0,5% foi conquistado em Convenção bianual assinada em 2020 (pág. 3)

Cassi lança novo programa para despistar falhas na administração (pág. 5)

Funcionários do Itaú exigem respeito em campanha de valorização (pág. 8)

## ARTIGO

# ACORDO DE DOIS ANOS GARANTE REAJUSTE SALARIAL COM GANHO REAL PARA OS BANCÁRIOS

Em virtude da conjuntura de ameaças aos direitos dos trabalhadores, o acordo de dois anos, firmado no ano passado entre o movimento sindical e os bancos, garantiu à categoria bancária uma importante conquista: um reajuste salarial de 10,97% para os bancários neste ano. A CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) 2020/2022 estabelece o percentual equivalente ao INPC dos últimos 12 meses (10,42%) mais 0,5% de aumento acima da inflação.

Além disso, a conquista do Comando Nacional dos Bancários nas rodadas de negociações, em plena pandemia, vai refletir ainda nas gratificações de função e de caixa, ajuda de custo, vales refeição e alimentação, PLR, entre outros benefícios. Sendo que a primeira parcela da Participação nos Lucros e Resultados deve ser paga até o dia 30 deste mês, assim como o reajuste.

De acordo com o Dieese, os bancários fazem parte de um pequeno grupo (17,5%) que garantiu reajuste acima do INPC ao longo de 2021. As categorias que tiveram o salário reajustado com índice igual à inflação oficial ficaram em 32,2%. A maioria (50,3%) não conseguiu nem isso e ficou abaixo da inflação. O Dieese calcula ainda que para repor o poder de compra dos salários, o reajuste deve estar no patamar de 9,84%. O cenário mostra que a estratégia do movimento sindical bancário de fechar um acordo válido por dois anos foi um acerto.

Temos, portanto, motivo para comemorar, pois seremos uma das poucas categorias a ter reajuste com aumento real neste ano. No caso dos trabalhadores de bancos públicos, talvez sejam os únicos entre as empresas públicas a conquistarem aumento acima da inflação. Diante da inflação galopante no governo Bolsonaro, a grande maioria dos trabalhadores terão perdas salariais.

Uma das grandes conquistas da nossa categoria é a política de aumento real a cada campanha salarial. A categoria vem obtendo aumento real no decorrer da história. Desde 2004, o ganho real acumulado dos bancários é de 21,94% e, se levarmos em conta os índices de reajustes entre 2004 e 2021, temos o acumulado de 227%.

Considerando os pisos salariais o ganho real é ainda maior, chegando a 43,56% neste mesmo período. Isso ocorre porque, em muitos anos, os pisos tiveram reajuste diferenciado, inclusive acima do reajuste geral dos salários.

Além da situação adversa imposta pela pandemia do coronavírus, o país vive sob um governo contrário aos direitos dos trabalhadores. A mobilização da nossa categoria e a nossa organização nacional foram fundamentais para reverter a retirada de direitos que os bancos insistiam em impor e resultou em uma proposta com reajuste salarial e abono em 2020, em plena pandemia, aumento real este ano e a manutenção de todos os direitos na Convenção Coletiva e nos acordos específicos.

É importante destacar ainda que PLR, adicional de PLR, cesta-alimentação, 13ª cesta alimentação, vales refeição, reajuste acima da inflação, Planos de Cargos e Salários, gratificações de função, planos de saúde, mais contratações, jornada de seis horas, não trabalho aos sábados, licenças maternidade e paternidade estendidas, entre outros direitos, são frutos da nossa luta ao longo de mais de 20 anos de Convenção Coletiva Nacional dos Bancários. A própria CCT é uma conquista. Nada disso foi concedido pelos bancos. Nós que conquistamos!

**#VidaéLuta!**



**Carlos Eduardo,**  
Presidente do Sindicato  
dos Bancários do Ceará



[www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br)



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101



[bancariosce](https://www.youtube.com/bancariosce)

Site: [www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br) – E-mail: [bancariosce@bancariosce.org.br](mailto:bancariosce@bancariosce.org.br) – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará  
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: [imprensa@bancariosce.org.br](mailto:imprensa@bancariosce.org.br) – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho  
Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

# BANCÁRIOS TERÃO REAJUSTE DE 10,97% E SÃO UMA DAS POUCAS CATEGORIAS COM AUMENTO REAL EM 2021

Os bancários terão reajuste de 10,97% nos salários, valores refeição e alimentação e demais direitos econômicos estabelecidos pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, com ganho de real de 0,5% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado entre setembro de 2020 e agosto de 2021, que ficou em 10,42%.

“O reajuste mostra o acerto do acordo de dois anos negociado pelo Comando Nacional dos Bancários com Fenaban em 2020. Para nós, é motivo de comemoração, pois seremos uma das poucas categorias a ter reajuste com aumento real neste ano. No caso dos trabalhadores de bancos públicos, talvez sejam os únicos entre as empresas públicas a conquistarem aumento acima da inflação”, observou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, que é uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários. “O governo Bolsonaro fez reviver o monstro da inflação e, infelizmente, a grande maioria dos trabalhadores terão perdas salariais. Isso não pode acontecer, ainda mais numa conjuntura de crise e de carestia na qual estamos vivendo”, completou.

Segundo dados do Ministério do Trabalho compilados pelo DIEESE, até julho de 2021, apenas 17,5% dos reajustes foram acima do INPC, 32,2% iguais ao INPC e 50,3% abaixo do INPC.

	Reajuste	INPC-IBGE	Aumento Real INPC-IBGE
Campanha Salarial 2004	8,50%	6,64%	1,74%
Campanha Salarial 2005	6,00%	5,01%	0,94%
Campanha Salarial 2006	3,50%	2,85%	0,63%
Campanha Salarial 2007	6,00%	4,82%	1,13%
Campanha Salarial 2008	10,00%	7,15%	2,66%
Campanha Salarial 2009	6,00%	4,44%	1,49%
Campanha Salarial 2010	7,50%	4,29%	3,08%
Campanha Salarial 2011	9,00%	7,39%	1,50%
Campanha Salarial 2012	7,50%	5,39%	2,00%
Campanha Salarial 2013	8,00%	6,07%	1,82%
Campanha Salarial 2014	8,50%	6,35%	2,02%
Campanha Salarial 2015	10,00%	9,88%	0,11%
Campanha Salarial 2016	8,00%	9,62%	-1,48%
Campanha Salarial 2017	2,75%	1,73%	1,00%
Campanha Salarial 2018	5,00%	3,64%	1,31%
Campanha Salarial 2019	4,31%	3,28%	1,00%
Campanha Salarial 2020	1,50%	2,94%	-1,40%
Campanha Salarial 2021	10,97%	10,42%	0,50%
<b>Acumulado de 2004 a 2021</b>	<b>227,02%</b>	<b>168,18%</b>	<b>21,94%</b>

## REAJUSTE DOS BANCÁRIOS

– O economista Gustavo Cavarzan, do Dieese, alerta que algumas pessoas podem achar que existe erro na porcentagem de reajuste. “O cálculo não é feito com a simples soma de 10,42% mais 0,5%. Existe uma fórmula de cálculo composto para se calcular o ganho real”, explicou. Para se chegar ao índice de reajuste deve-se somar 10,42%+1 e 0,5%+1 e multiplicar os resultados, depois se subtrair 1 e se multiplicar por 100 para se chegar à porcentagem. A

fórmula é a seguinte:  $(1 + 10,42\%) \times (1 + 0,5\%) - 1$ .

**HISTÓRICO DE AUMENTO** – A categoria vem obtendo aumento real no decorrer da história. Desde 2004, o ganho real acumulado é de 21,94%. Considerando os pisos salariais, o ganho real é ainda maior, chegando a 43,56% neste mesmo período. “Isso ocorre porque, em muitos anos, os pisos tiveram reajuste diferenciado, acima do reajuste geral dos salários”, explicou o economista do Dieese.

# Negociações sobre custeio e gestão do **Saúde Caixa** são retomadas

Depois da aprovação do PDL 342/2021, que susta os efeitos da resolução 23 da Comissão Intermunicipal de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), seguem as negociações entre a Caixa Econômica

Federal e a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa sobre o plano de saúde dos empregados, o Saúde Caixa.

“Com a queda da CGPAR 23, nossa defesa é da manutenção do modelo de custeio 70/30. A Caixa não tem mais a muleta da resolução para querer fazer com que o nosso plano de assistência à saúde seja igual aos planos de mercado”, disse a coordenadora da CEE/Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt. Ela lembrou, no entanto, que persiste o entrave com relação ao teto de 6,5% da folha de pagamentos, estabelecido no estatuto da Caixa como limite para os investimentos do banco com a saúde dos funcionários. “O debate em mesa sobre propostas para tornar nosso plano de assistência à saúde sustentável e viável para todos continua. Esta é uma luta que vamos continuar travando”, explicou.

**SURGIMENTO DOS DÉFICITS** – Enquanto se discutia a aplicação, ou não da CGPAR 23, a partir de 2016, com o fim das contratações e as



demissões por meio dos Planos de Desligamentos Voluntários (PDVs), o Saúde Caixa passou a apresentar déficits nas contas, uma vez que o valor recolhido de mensalidades não era suficiente para cobrir os 30% que cabem aos empregados (ativos, aposentados e pensionistas). Relatório da assessoria atuarial contratada pela Contraf-CUT e pela Fenae para assessorar a negociação do Saúde Caixa projeta um aumento das despesas assistenciais. Isso ocorre porque, com o aumento do número de pessoas vacinadas, há a retomada do uso do plano de saúde com procedimentos eletivos.

“Mas, existem diferenças entre os dados apresentados pela assessoria atuarial da Caixa e pela assessoria atuarial que contratamos. Assim, criou-se um impasse. E após diversas tratativas chegamos numa proposta comercial para ser usada como projeção de mensalidades a serem arrecadadas para 2022, na casa de R\$ 710 milhões. A partir disso estamos fazendo as simulações para propor em mesa de negociação,” explicou Fabiana.

## Com mudança do estatuto, Funcef reduz direitos dos participantes do Reg-Replan não saldado

Os participantes do plano Reg-Replan não saldado da Funcef, seguem se perguntando: Como será realizado o reajuste do plano, realizado tradicionalmente no mês de setembro e baseado no acordo coletivo dos bancários? Agora, com a mudança do regulamento da Funcef, como será o tratamento dado aos aposentados?

“Com a mudança do regulamento, os participantes não sabem qual será a interpretação e o tratamento que a direção da Funcef vai dar. Só sabemos que a direção da Fundação está comemorando, dizendo que será resolvido o problema do déficit, mas esqueceu de dizer que está também retirando direitos dos participantes. Ou seja, quem pagará essa conta é o participante, sem a patrocinadora”, afirmou a diretora de Saúde e Previdência da Fenae, Fabiana Matheus.

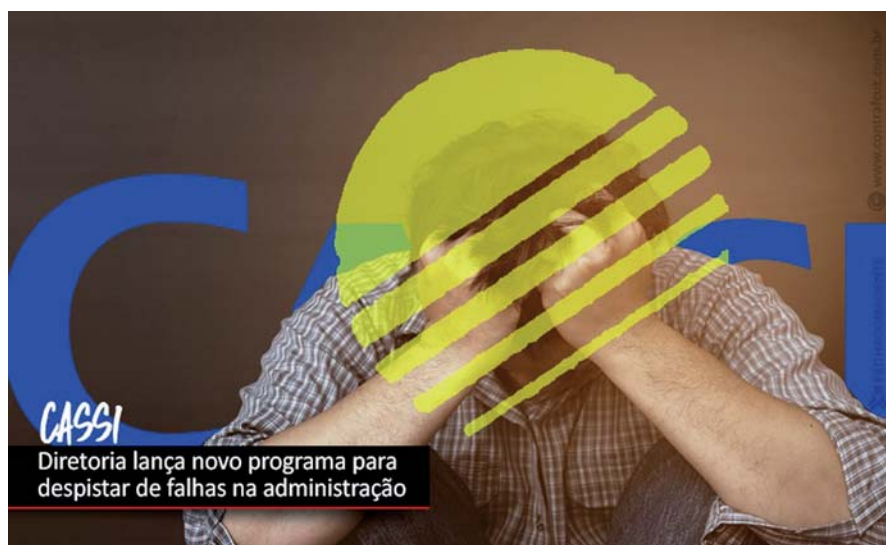
**MUDANÇAS NO ESTATUTO** – Anunciadas em 11 de agosto, as mudanças ocorridas no estatuto da Funcef representam para os participantes uma enxurrada de retirada de direitos. As mudanças vão desde uso do voto de minerva até alterações nos regulamentos dos planos. O uso do voto de minerva está previsto em lei, mas o estatuto anterior tinha travas para a sua utilização, visto que impedia a utilização deste dispositivo para mudanças de regulamentos e retirada de patrocínio.

**REG-REPLAN NÃO SALDADO** – Com as mudanças, o custo do plano diminuiu porque uma série de benefícios serão reduzidos, como a correção no cálculo do benefício, que passa a ter como base a média dos últimos 36 salários de contribuição, em lugar da regra atual que considera somente os 12 últimos salários. Também será feita a desvinculação do reajuste dos benefícios em relação ao reajuste dos trabalhadores da ativa. O Não Saldado ainda tem um valor de R\$ 1,68 bilhão a ser equacionado.

# Cassi: novo programa é cortina de fumaça para desviar denúncias de má gestão

A atual diretoria da Cassi lançou recentemente um novo programa, chamado "Mais Acesso", com a promessa de ampliar a rede de credenciados. No entanto, com a proposta, o grupo que hoje administra a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil tenta desviar a atenção das denúncias graves de esvaziamento e enfraquecimento da entidade e de participantes que tiveram que entrar na Justiça para prosseguirem com tratamentos médicos.

"Os atuais diretores e conselheiros da Cassi apontam uma preocupação exagerada com a contenção de gastos, sob o argumento de gestão dos recursos, como se a entidade dos trabalhadores do BB fosse semelhante aos planos de saúde do mercado", observou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB (CEBB), João Fukunaga. "Só que essa visão viola o princípio de solidariedade



Diretoria lança novo programa para despistar de falhas na administração

e isonomia que pautam a todos os colegas de banco e que fez da Cassi o maior plano de autogestão do país", completou.

O que o anúncio sobre o programa "Mais Acesso" não mostra é que, desde 2016, a Cassi descredenciou cerca de 5.400 prestadores de serviço. E, nos últimos anos, cerca de 1.800 medicamentos de uso continuado foram cortados da lista de medicamentos abonáveis (limaca) para os participantes.

Outra denúncia, levantada pelas entidades sindicais é o perigo do Cassi Essencial para a existência de toda a Cassi. Lançado em junho, o plano de mercado não foi criado apenas para atender os parentes por afinidade e consanguinidade dos funcionários, ex-funcionários e aposentados. Pessoas que tiveram ou ainda possuem vínculos de trabalho com o BB poderão trocar

o Plano Associados pelo Essencial. O trabalhador que aderir ao Cassi Essencial não contará com o patrocínio do banco via contribuições patronais. Além disso, terá que pagar uma franquia de R\$ 250,00 toda vez que usar o plano dentro da sua região contratual e de R\$ 350,00 quando precisar dos serviços de saúde fora da sua região, fazendo com que o Cassi Essencial alcance custos semelhantes ou até superiores aos dois planos Família.

## VISITAS AO INTERIOR

O Sindicato dos Bancários do Ceará esteve na última semana em várias cidades do interior do Estado realizando reuniões e debates nas agências, ouvindo as demandas dos bancários e distribuindo a Convenção Coletiva da categoria para que todos tenham conhecimento de seus direitos e conquistas. As visitas aconteceram na mesma semana em que a categoria soube que terá 10,97% de reajuste, com 0,5% de aumento real, uma das poucas categorias no Brasil a ter direito a essa conquista, devido ao acertado acordo bianual celebrado em 2020.



# Nova pesquisa sobre teletrabalho mostra avanços e desafios para a categoria

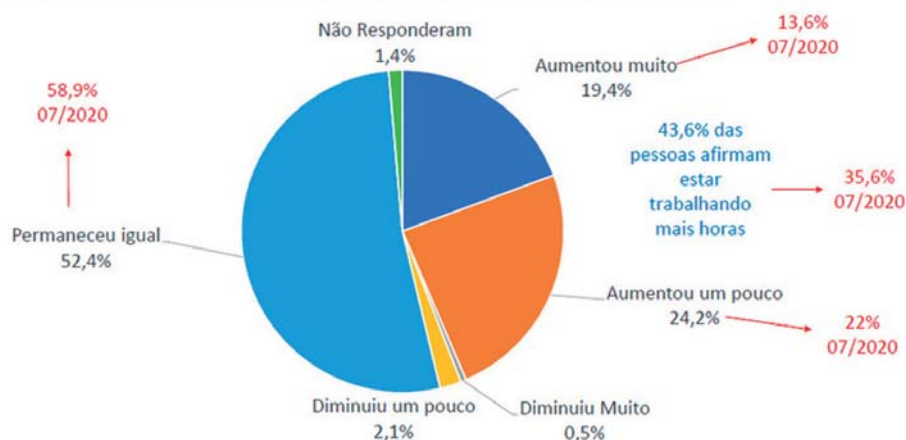
**A** Contraf-CUT divulgou dia 4/9, durante a 23ª Conferência Nacional dos Bancários, os resultados da 2ª Pesquisa de Teletrabalho da Categoria Bancária. A pesquisa avaliou as condições para a categoria realizar o teletrabalho, após mais de um ano de duração dessa modalidade. Os bancos ainda não cumprem totalmente o negociado para o serviço remoto, mas o teletrabalho se revelou uma forma fundamental para reduzir os riscos de contágio da Covid-19 pela categoria.

A pesquisa coletou respostas de 12.979 bancários de todo o país. Na 1ª pesquisa, realizada no ano passado, foram ouvidos 10.939 bancários. A categoria tinha sido pioneira e boa parte foi deslocada para o teletrabalho assim que começou a pandemia. O teletrabalho foi negociado pelo Comando Nacional dos Bancários junto à Fenaban.

Para a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, a pesquisa teve a importância de detectar o que precisa ser melhorado nessa modalidade de trabalho. "A pesquisa mostrou que os itens mais problemáticos são justamente aqueles que as entidades estão buscando regular nos acordos: aumentos dos custos para o trabalhador, descontrola da jornada e problemas de saúde", afirmou.

**MENOS CONTÁGIO** – Entre bancários que ficaram em teletrabalho, 77% não apresentaram diagnóstico positivo e 23% foram contagiados. Entre os que não estiveram em teletrabalho, o percentual foi de 38%. Apesar de ter aumentado o percentual de pessoas que tem um escritório em casa em relação à primeira pesquisa, a maior parte ainda trabalha em ambientes adaptados como sala

23) Após a passagem para o regime de Home Office, o número de horas trabalhadas por dia em comparação ao trabalho presencial:



Base de Respostas: 11.151

Fonte: II Pesquisa Nacional sobre Home Office dos Bancários (CONTRAF-CUT e DIEESE)

**DIEESE**

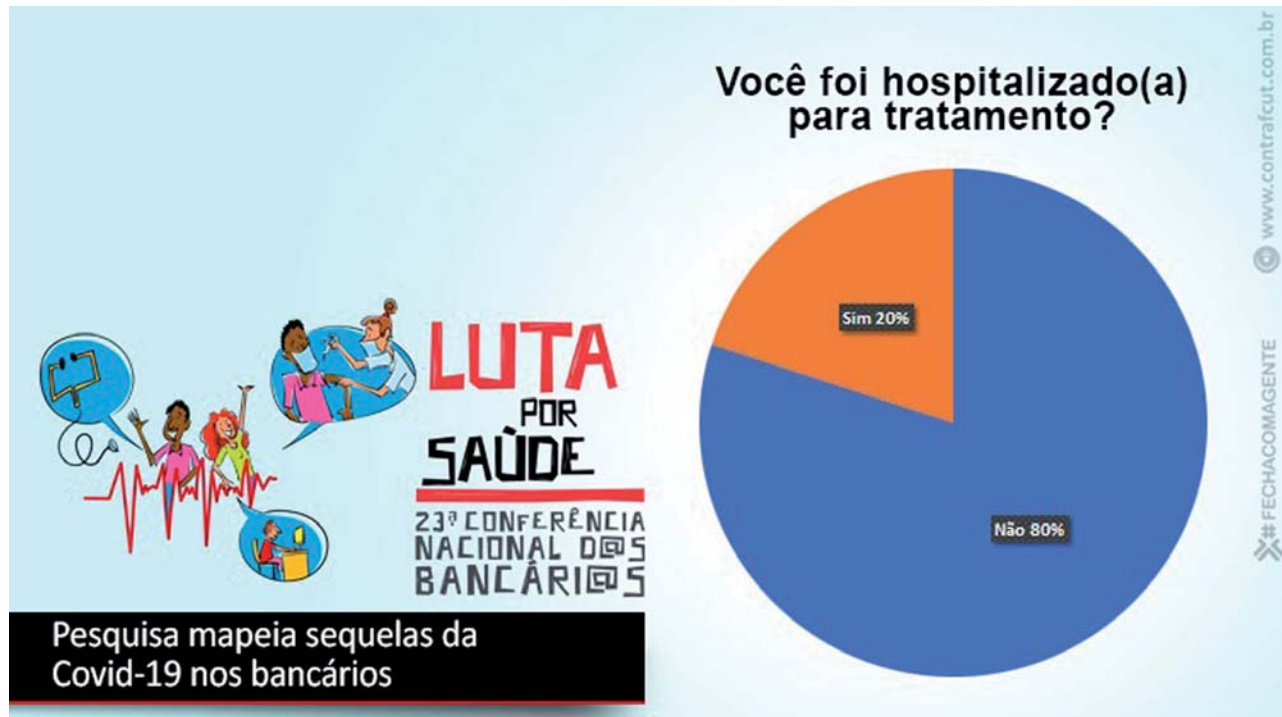
e quartos. Os equipamentos de ergonomia, cadeiras e acústica foram os itens mais mal avaliados. Em relação a primeira pesquisa, aumentou o percentual de bancários que dizem que o banco não se responsabilizou pela melhoria ou fornecimento de nenhum item. É de se destacar também o crescimento dos que citaram o pagamento do auxílio financeiro para o teletrabalho, o que reflete o acordo assinado pelas entidades sindicais banco a banco. A comunicação com a empresa segue sendo um problema para a categoria, principalmente em casos apoio ou de manutenção. Aumentou o percentual daqueles que dizem que o banco não tem (16,5%) ou não sabem se o banco tem um canal de comunicação próprio para teletrabalho (37,8%).

**JORNADA** – Para 19,4% dos entrevistados, a jornada aumentou muito (em 2020, era de 13,6%). Para outros 24,2%, a jornada aumentou um pouco (em 2020, esse percentual era de 22%). Outro reflexo das discussões

em mesa de negociação com os bancos e acordos assinados foi que a maioria dos entrevistados (67,9%) diz que os bancos têm respeitados os períodos de desconexão (fora do expediente, finais de semana, folgas, feriados e intervalos de almoço).

Mais bancários estão percebendo aumentos consideráveis em suas contas de consumo enquanto os bancos têm economizado despesas administrativas. Entre os entrevistados, 86,5% apontaram aumento em sua conta de luz e 73,4% no supermercado. Por outro lado, os 5 maiores bancos do país economizaram R\$ 300 milhões no 1º semestre de 2021 com algumas despesas administrativas como água, luz, gás, vigilância, transporte, viagens, conservação de bens etc.

A pesquisa registrou um aumento na importância que os bancários atribuem para a atuação do movimento sindical em itens que dizem respeito a compensações econômicas como auxílio do teletrabalho, auxílio alimentação adicional, reembolsos e pagamentos de hora extra.



# Pesquisa sobre as sequelas da Covid-19 encerra retrato da categoria bancária

No dia 4/9, durante a 23ª Conferência Nacional dos Bancários, foi apresentado o resultado parcial da pesquisa feita em parceria com a Universidade de Campinas (Unicamp) sobre as sequelas da Covid-19 na categoria bancária.

A pesquisa está mapeando a saúde do trabalhador bancário já acometido pela doença a fim de subsidiar o Comando Nacional dos Bancários nas negociações com os bancos e para garantir a devida proteção à saúde dos trabalhadores. Num questionário online, eles descreveram os sintomas e outros efeitos que permaneceram após a cura. Os dados fornecidos pelos entrevistados são todos protegidos. Somente dados totalizados é que serão divulgados. Trata-se de uma extensa e aprofundada pesquisa que busca levantar sintomas e impactos na saúde, tanto na fase mais branda da doença como na mais rigorosa, inclusive em casos de reinfeção.

A partir dos resultados dessa pesquisa, o Comando Nacional vai atuar para garantir os direitos trabalhistas e previdenciários, e cobrar dos bancos acompanhamento dos casos, com garantia de tratamento adequado e acompanhamento médico através do Programa de Controle médico e saúde ocupacional (PCMSO), entre outras medidas. Um dado que preocupa, por exemplo, quando 31,2% dos bancários que responderam afirmam que o banco não lhe proveu assistência durante a infecção e 41,8% afirmaram que os bancos não disponibilizaram testes para Covid.

A doutora Clarissa Lin Yasuda, médica e professora assistente de Neurologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (FCM/UNICAMP), informou que os resultados preliminares do inquérito sobre alterações neurológicas em bancários após a infecção por Sars-CoV-2 mostram que os sobreviventes persistem com diver-

sas queixas. "Sentem-se com fadiga, ansiedade, dificuldades cognitivas. Além disso, aproximadamente 30% referem-se estar com capacidade de trabalho diminuída após a infecção. Esse estudo é de extrema importância para uma caracterização detalhada das limitações e possíveis sequelas secundárias a infecção. Somente com estudos científicos será possível convencer governantes sobre a magnitude dessas limitações".

**PESQUISA CONTINUA** – É fundamental que a categoria participe ativamente dessa pesquisa. Se você ainda não respondeu o questionário, participe. Link para validação do termo de autorização (imprescindível): <https://adobe.ly/382fbC8>. Link do questionário da Pesquisa: <https://bit.ly/3k8jYb3>.

Em caso de dúvidas, entre em contato com a equipe pesquisadora: [neurocovid@hc.unicamp.br](mailto:neurocovid@hc.unicamp.br) ou pelo zap: (19) 99768 7517.

# Funcionários do Itaú afirmam que realidade no banco é muito diferente da publicidade

Desde que o Itaú lançou o projeto "Itaú 2030" e o novo programa de remuneração Gera, a vida dos trabalhadores tornou-se um inferno. Para cobrar o devido respeito e valorização aos bancários do Itaú o Sindicato vem realizando uma série de visitas às agências do Itaú em Fortaleza e na região metropolitana. Esta semana foram visitadas as agências da Rua Major Facundo e Rua Barão do Rio Branco, no Centro de Fortaleza.

Além do programa Gera não possuir regras claras, como falta de transparência nos critérios para remuneração, um dos maiores problemas é o acúmulo de funções e sobrecarga de trabalho dos Agentes de Negócios Caixa. Segundo relatos dos trabalhadores, as metas estão surreais, com acúmulo de funções, abusos e ainda recebendo menos. Em diversas ocasiões o Sindicato cobrou do banco a suspensão das metas durante a pandemia por estarem prejudicando os trabalhadores. Os funcionários denunciam frequentemente ao Sindicato exercerem função de atendente, vendedor, telemarketing e caixa, tudo ao mesmo tempo.

As demissões também não param, tanto nas agências, como nos departamentos.

A reforma da Previdência aprovada em

2019 aumentou o tempo de contribuição para poder se aposentar. Os bancários que antes poderiam estar na estabilidade pré-aposentadoria, com as novas regras, precisam trabalhar por mais anos. Mas muitos estão sendo demitidos ou "colocados à disposição". O Sindicato reforça a necessidade de o banco desenvolver um centro de realocação para que os trabalhadores tenham a oportunidade de continuar no banco.

Outro problema grave envolve trabalhadores com algum tipo problema de saúde, que, em muitos casos, ficaram doentes por causa da rotina massacrante no banco. As publicidades do Itaú passam a imagem de que o banco é uma empresa boa para se trabalhar, mas os depoimentos que o Sindicato recebe diariamente comprovam que a realidade é muito diferente da do comercial. Os trabalhadores estão sendo massacrados e ficando doentes por causa das metas abusivas, e sendo descartados como nada, depois de anos de dedicação. Tudo em nome de uma lucratividade que atingiu R\$ 18,9 bilhões em 2020, em meio a um cenário de crise sanitária e social. O Sindicato cobra do banco responsabilidade social e respeito com a saúde e a vida dos trabalhadores.



## Estoque vencido

O Ministério da Saúde deixou vencer um estoque de vacinas, medicamentos, e outros itens que são avaliados em R\$ 240 milhões. Todos os insumos vencidos devem ser incinerados. Dentre os medicamentos estão 820 mil canetas de insulina; 12 milhões de vacinas da gripe, BCG, hepatite B, varicela e outras doenças; produtos destinados para pacientes com hepatite C, câncer, Parkinson, Alzheimer, transplantados, entre outras situações. Em maio deste ano, o Ministério da Saúde admitiu ao Ministério Público Federal que existia o risco de perder milhões de testes para identificação da Covid-19. Cerca de 2 milhões de exames RT-PCR venceram. O material é avaliado em mais de R\$ 77 milhões.

## PEC 13 contra a educação

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 13/21 autoriza estados e municípios a descumprir os investimentos mínimos em educação nos anos de 2020 e 2021. Especialistas apontam que a medida vai abrir um grave precedente para que prefeitos e governadores deixem de cumprir os pisos de investimento na educação, sem correr risco de punições. A proposta é de autoria do senador Marcos Rogério (DEM-RO), aliado do governo Bolsonaro, e utiliza de diversos argumentos distorcidos para justificar uma redução de gastos na educação. Atualmente, o governo federal deve investir, no mínimo, 18% da receita de impostos em educação. Já estados e municípios devem investir, pelo menos, 25%. Se aprovada em dois turnos, segue para a Câmara. Se rejeitada em algumas das Casas, é arquivada.

## Afastamentos por Covid

O afastamento de trabalhadores por mais de 15 dias em consequência da Covid-19 ou sequelas da doença aumentou 75% este ano (64.861 nos seis primeiros meses do ano) em relação ao ano passado, quando foram registrados 37.045 afastamentos de abril a dezembro, segundo dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. De acordo com os dados, publicados pelo jornal Folha de S. Paulo, aumentou também a procura por reabilitação de trabalhadores com sequelas meses depois de terem se infectado com o novo coronavírus. As queixas mais frequentes são cansaço e fadiga muscular. Um em cada três apresenta dificuldade de respirar.